

MARTON, Scarlett, Nietzsche. Das forças cósmicas aos valores humanos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1990, 237 pp.

Muitos são os estudos feitos neste século na tentativa de uma melhor compreensão do filósofo Nietzsche. Apesar disto, no Brasil, ainda temos uma escassa bibliografia, traduzida para o português, sobre este autor. É neste sentido que o livro de Scarlett Marton vem ajudar a preencher esta lacuna.

O livro se divide em seis capítulos. No primeiro deles, a autora mostra a trajetória do conceito de vontade de potência na obra de Nietzsche. Segundo o livro, de uma leitura onde este conceito definiria algo que está presente em todo ser vivo, Nietzsche mudaria para a concepção de que a vontade de potência está presente em todas as partes do corpo. É ela que produz o querer e não um suposto sujeito que estaria por trás das ações. A vontade de potência também não se identifica com um suposto em si das coisas. Ela é uma necessidade constante que os seres vivos têm de dar vazão e continuidade à sua força.

Scarlett Marton nos mostra, também, que Nietzsche separa, num dado momento de sua obra, a vida do instinto de conservação pois sendo a vida vontade de potência, ela deve ser entendida como riqueza e exuberância. A autora analisa o desenvolvimento do conceito de vida em Nietzsche que começa

com uma indefinição (*Considerações Extemporâneas*) nos primeiros trabalhos e uma oposição ao conhecimento. Na *Gaia Ciência* este conflito desaparece e o conhecimento passa a ter na vida um campo de experimentação. A vida a partir de agora vai ser entendida como luta e o conceito de vontade de potência será utilizado como uma nova forma para avaliar os valores morais.

Segundo Scarlett Marton, em *Assim falou Zaratustra* Nietzsche entende que vida é vontade de potência, mas esta não se restringe à vida. Há outro momento da obra do filósofo alemão (*Para além do bem e do mal*) em que a vontade de potência aparece como força eficiente (p. 52), e neste sentido também estaria presente no mundo inorgânico. Sendo assim, "a vontade de potência é o impulso de toda força a efetivar-se e, com isso, criar novas configurações em sua relação com as demais" (p. 55).

No segundo capítulo a autora expõe a gênese dos conceitos de vida e valor em Nietzsche e analisa a importância destes para a compreensão da crítica nietzschiana à moral. Para tanto, Nietzsche define a Psicologia como a ciência que investiga os valores morais e não como ciência da alma. Neste sentido, o pensador alemão considera como psicólogos os moralistas franceses como Montaigne e La Rochefoucauld sentindo-se influenciado por eles. A Psicologia se torna uma forma de desmascaramento da moral, utilizando-se do conceito de valor. A partir daí

Nietzsche passa a questionar o próprio valor dos valores morais. A vida passa a ser, então, um critério de avaliação de todos os valores. Segundo Scarlett Marton, no período da chamada transvaloração dos valores, os textos de Nietzsche mostram-nos que os conceitos de vida e vontade de potência estão relacionados de duas maneiras distintas: em alguns escritos acham-se claramente identificados e, em outros, a vida aparece como um caso particular da vontade de potência (p. 87).

O quarto capítulo do livro analisa a crítica nietzschiana a Kant. Para Nietzsche, Kant não leva em conta o enraizamento histórico dos valores morais e os considera inscritos num mundo supra-sensível. Situando as origens da moral neste mundo indemonstrável, o filósofo de Königsberg pertence ao grupo daqueles que não são verdadeiros filósofos mas, apenas, funcionários da filosofia. Nietzsche critica Kant porque acredita que este, ao estabelecer limites para o conhecimento humano, tirou do seu alcance a esfera da moral e a tornou incompreensível, logo, irrefutável. Também a idéia kantiana de coisa-em-si é questionada por Nietzsche, que considera absurdo afirmar sua existência depois de ter sido demonstrado que não se pode conhecê-la. É claro, como frisa Scarlett Marton, que Nietzsche ao fazer sua crítica não leva em consideração a distinção kantiana entre pensar e conhecer. Também as noções de autonomia e imperativo categórico, pontos fundamentais da ética kantiana, são atacadas por Nietzsche.

No capítulo quarto do livro, Scarlett Marton mostra a crítica nietzschiana ao utilitarismo inglês e ao evolucionismo. Para os utilitaristas, as ações humanas são movidas pelo egoísmo, sendo que as próprias ações altruístas são feitas para a pura satisfação pessoal de quem as praticou. No entanto, o beneficiário da ação se esquece disto e chama de boas estas ações. Para Nietzsche, ao

contrário, os que praticaram as ações é que as denominaram boas. Desta forma, os utilitaristas não compreenderam de uma maneira correta o surgimento dos valores morais e por isto incorreram em erros grosseiros.

Mas o evolucionismo de Herbert Spencer também é alvo da crítica nietzschiana. Se para Spencer a tendência de todo organismo em seu processo evolutivo é evitar a dor e procurar o prazer, sendo que os homens buscam uma maior harmonia entre si e com a natureza, para Nietzsche esta concepção faz do indivíduo um adaptado às normas sociais. Mesmo assim o filósofo concorda com alguns pontos da teoria de Spencer.

No quinto capítulo do livro, a autora expõe a crítica que Nietzsche faz à metafísica dogmática. O pensador alemão, a partir de suas concepções cosmológicas e de uma análise da linguagem, desmonta toda uma série de categorias utilizadas pela metafísica. Para Nietzsche, conceitos como os de ser e de substância foram elaborados a partir da leitura que o próprio homem tem de si. A metafísica dogmática abandona o mundo no qual o homem está radicado e cria um outro, supostamente mais real, sem nenhuma consistência. Como afirma Scarlett Marton, comentando Nietzsche, "o que o homem pensa acerca de si mesmo e do mundo, no entender do filósofo, segue a direção da linguagem que ele fala" (p. 181).

No sexto e último capítulo, Scarlett Marton aborda o problema do conhecimento em Nietzsche mostrando as diferentes perspectivas que o pensador assume no que diz respeito à ciência. Nietzsche critica a idéia de verdade como adequação, pois a define como metáfora da realidade. Segundo a autora, para o filósofo alemão, se o mundo aparece ordenado ao homem é porque este o ordenou. Não existe nenhuma essência na ordem da realidade que sustente o mundo tal como nós o vemos. O conhecimento humano, longe

de ser produzido a partir de problemas puramente gnosiológicos, nasce na verdade de necessidades práticas. O saber que o homem tem acerca do mundo será sempre limitado pelo perspectivismo humano, já que o homem não pode abarcar a totalidade do real. Pensando o mundo a partir dos conceitos de vontade de potência e de pluralidade de forças, Nietzsche, segundo Scarlett Marton, construiu uma cosmologia com a qual procurou interpretá-lo.

João Carlos Lino Gomes

LIPOVETSKY, Gilles, *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Ed. Relógio D'água, S/D, 204 pp.

O crescente individualismo da sociedade contemporânea é um problema que tem sido tematizado por vários pensadores no campo das ciências humanas. Há, sem sombra de dúvida, em nossa época, um aumento do sentimento de solidão, do vazio e da descrença na possibilidade de relações humanas movidas por valores não instrumentais.

O livro de Gilles Lipovetsky aborda exatamente esta problemática. Composta por uma série de artigos, esta obra faz uma análise do homem contemporâneo influenciado pela cultura de massas e pelo consumo. O tema é investigado ao longo de seis capítulos, nos quais são discutidas questões relacionadas com a sedução, o narcisismo e a violência.

A sedução é abordada no primeiro capítulo do livro. Segundo o autor, ela se instala em nossa cultura a partir do momento em que assistimos à ascensão da lógica consumista que nos bombardeia com imagens, produtos e serviços. As opções oferecidas ao consumidor são tantas que o indivíduo se

perde em meio à possibilidade de infinitas combinações e escolhas. A sedução, segundo o autor, promove a personalização na medida em que as pessoas, individualmente consideradas, têm a promessa da realização dos seus desejos.

O segundo capítulo do livro mostra o efeito do sentimento de indiferença no homem atual. Esta indiferença, também fundada no individualismo contemporâneo, pode ser medida pelo descrédito que se constata com relação às instituições sociais. A descrença no trabalho, no casamento e na religião são alguns elementos levantados pelo autor para desenvolver seus argumentos. Para ele, longe de significar uma crise do sistema capitalista, a crescente onda de indiferença (o autor está se baseando nos Estados Unidos e na Europa) é uma característica da sociedade produzida pelo capitalismo hedonista, no qual, de forma contrária ao capitalismo autoritário, os indivíduos deixam de se preocupar com questões substanciais e se entregam ao culto do prazer.

No terceiro capítulo do livro, temos uma análise do narcisismo vigente em nossa época. Ante a falência das relações sociais, o homem contemporâneo vai cada vez mais se fechando sobre si mesmo e, paralelamente, dissolve seu próprio eu pela impossibilidade de se reconhecer no outro. Tem-se um medo/pânico do envelhecimento e da morte; cultua-se o corpo como algo no qual está a razão profunda da nossa identidade; há o desejo, segundo o livro, mais de ser invejado do que respeitado.

No capítulo quarto, o autor analisa o modernismo e o pós-modernismo na cultura ocidental. Para ele, mesmo sendo o pós-modernismo uma noção equivocada, isto não nos dispensa de analisá-lo, se tentarmos utilizá-lo para compreender certas mudanças que se operaram no ocidente no campo da arte, do saber e da cultura, fazendo uma retrospectiva histórica. Adotando esta posição, Lipovetsky faz uma análise do

modernismo e o define como um movimento, situado no seio da arte, no qual houve uma ruptura com a tradição e um culto ao novo e ao indivíduo. O pós-modernismo seria o prolongamento dos processos de personalização e de individuação tão caros aos modernos. Se o hedonismo destes era vivido apenas por artistas e intelectuais, hoje o capitalismo possibilita que a cultura do prazer seja vivida por um número muito maior de pessoas.

No capítulo quinto, o autor investiga o crescimento da onda humorística em nosso tempo. Para ele, a publicidade, a moda e mesmo publicações sérias têm adotado o humor como forma de expressão. Esta comicidade viria exatamente do acirramento do individualismo que faz com que o outro, este desconhecido, seja visto como um elemento bizarro, curioso e absurdo. A sociedade humorística é aquela na qual as instituições, as pessoas e as convicções perdem o seu valor e sua substância. Quando não mais se leva nada a sério, o riso torna-se forma suprema de expressão.

No último capítulo, o autor analisa a diferença entre as chamadas violências selvagens e as violências modernas. Podemos constatar no ocidente, segundo o texto, uma mudança radical em nossa maneira de compreender a violência. De um momento em que ela era um valor dominante, passamos a outro no qual ela é vista como a representação de formas primitivas de vida. Esta leitura da violência só pode ser feita numa sociedade onde o indivíduo tem primazia sob o todo. Os códigos de honra e de vingança só podem funcionar em sociedades tradicionais, onde as ações dos indivíduos estão ligadas às imposições da comunidade. Desta forma, uma ordem social na qual os homens coloquem em primeiro plano seus interesses privados tende a fazer da violência algo que deve ser coibido e renegado. A sociedade moderna opõe à violência das pessoas privadas a violência como monopólio do Estado.

Mas a pacificação que a civilização opera não vem, segundo o livro, de uma eticização do homem. Na sociedade hedonista e individualista, os homens tendem a descarregar seus problemas com a realização dos seus pequenos desejos. A violência deixa de ser o eixo condutor porque os homens são neutralizados e se tornam incapazes até mesmo de atos violentos. O autor nos fornece números que mostram uma diminuição da violência nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Segundo ele, a sensação que o cidadão comum tem de que estes países estão ficando mais violentos é devedora do fato de que o individualismo contemporâneo tem tornado os homens mais frágeis.

Assim Lipovetsky traça neste livro um duro painel da cultura atual e nos leva a refletir sobre as perspectivas de uma vida mais digna num universo pintado com a mais escura das cores

João Carlos Lino Gomes

BOBBIO, Norberto, *A era dos direitos*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1992, 217 pp.

O debate acerca dos direitos humanos é sempre atual. Daí a importância da tradução deste livro, do conhecido pensador italiano Norberto Bobbio, para o leitor brasileiro. A obra se constitui de uma série de artigos, ensaios e discursos escritos ao longo dos anos pelo filósofo.

Os temas do livro estão distribuídos nas três partes que o constituem e que por sua vez estão subdivididas em textos na forma de capítulos.

O primeiro texto da primeira parte é um ensaio que versa sobre o problema da fundamentação dos direitos do homem. Bobbio discorda da possibilidade de se encontrar um fundamento

absoluto dada à própria historicidade destes direitos. O autor defende a consideração dos vários fundamentos possíveis e a luta para a criação dos meios necessários para que os direitos do homem sejam efetivamente respeitados.

No segundo ensaio dessa primeira parte, Bobbio mostra a trajetória dos direitos do homem desde a sua proclamação. Segundo o pensador, na medida em que a história se desenrola, novos direitos vão surgindo no campo da experiência humana tais como os da criança, os da mulher, etc.

No terceiro ensaio, o pensador italiano escreve sobre a importância da moderna concepção de indivíduo para que a idéia dos direitos do homem tomasse forma. A própria democracia, para Bobbio, não poderia ser pensada como governo da maioria se os indivíduos enquanto tais não tivessem importância. O homem, compreendido na sua individualidade e sob a égide do Estado moderno, deixou de ser súdito para tornar-se cidadão.

O quarto ensaio desta primeira parte retoma temas discutidos nos ensaios anteriores. Só que agora Bobbio identifica o fenômeno da multiplicação dos direitos, que assistimos em nosso século, e reflete sobre ele apontando três motivos possíveis para a sua ocorrência: a) aumento dos bens que merecem tutela; b) o reconhecimento de que sujeitos diversos do homem (família, minorias étnicas, etc) também devem ter seus direitos considerados; c) o fato de que o homem não é mais visto abstratamente mas, sim, especificado nas suas diversas maneiras de ser (como velho, criança, doente, etc.).

A segunda parte do livro é composta por três discursos versando sobre os direitos do homem e a revolução francesa. O primeiro discurso, além de tratar especificamente deste tema, levanta a questão sobre as relações entre as revoluções francesa e americana. Bobbio escreve que indiscutivelmente, quando se levanta o problema da liber-

dade, é a declaração dos direitos de 1789 que se tem em mente. Conforme o autor, o eixo principal da declaração está no seus três primeiros artigos, que versam sobre a condição natural do indivíduo anteriormente à formação da sociedade civil, sobre a finalidade da sociedade política e sobre a questão da legitimidade do poder, respectivamente.

No segundo discurso dessa segunda parte, Bobbio analisa as influências da revolução francesa no imaginário do homem ocidental. Ele mostra como o pressuposto da liberdade e da igualdade dos homens, que orienta a declaração de 1789, opera uma verdadeira inversão de perspectiva com relação ao exercício do poder. Este, que tradicionalmente era pensado como procedendo de cima para baixo, passa a derivar agora dos cidadãos. Também o moderno conceito de democracia é uma herança da revolução.

No terceiro discurso, Bobbio reflete sobre as influências da revolução francesa no pensamento de Kant e escreve que o filósofo alemão acreditava que a humanidade caminhava para a paz universal. O evento revolucionário seria, para Kant, um exemplo do conteúdo verdadeiro desta convicção. Bobbio também tece comentários sobre a idéia kantiana de um direito cosmopolita. Neste, cada cidadão é pensado não somente como pertencendo a um estado particular, mas ao mundo.

O primeiro texto da terceira parte levanta o problema da resistência à opressão. Desta forma, são levantadas questões sobre as relações Estado/cidadão, desobediência civil e democracia.

Nesta terceira parte, encontramos também dois luminosos textos sobre a pena de morte. O pensador italiano confronta as posições dos que defendem a pena de morte, dentro da lógica da lei de talião, com as dos que são contrários à pena, utilizando-se do argumento de que ela não é útil. Bobbio

expõe, ao longo dos dois textos, os diversos argumentos existentes pró e contra a pena de morte e conclui que quanto mais as sociedades evoluírem, menos a pena capital será utilizada como forma de fazer justiça. Sendo assim, a abolição desta pena está, segundo o pensador, intimamente ligada ao progresso moral da humanidade.

No último ensaio do livro, Bobbio reflete sobre as raízes da tolerância e mostra a importância deste tema no seio da sociedade política. O autor discute desde a tolerância religiosa, que se tornou um problema desde as primeiras guerras religiosas da Europa, até a tolerância política.

Vê-se, pela síntese que fizemos deste livro, que sua leitura é imprescindível para aqueles que estão atentos às grandes questões deste nosso obscuro tempo.

João Carlos Lino Gomes

BARBOSA, Livia, *O jeitinho brasileiro. A arte de ser mais igual que os outros*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1992, 153 p.

Sem dúvida alguma, uma das mais conhecidas e empregadas expressões que o nosso imaginário criou foi o chamado *jeitinho brasileiro*, utilizado por uma gama verdadeiramente variada de pessoas, independente do nível social a que pertençam. Era de se estranhar, portanto, o fato de tal assunto jamais ter sido estudado de uma forma sistemática pelos sociólogos e/ou antropólogos que, mais frequentemente, se preocupam com os fatos pertinentes à nossa realidade social. Esta lacuna foi agora satisfatoriamente preenchida pelo estudo de antropologia social realizado por Livia Barbosa, em que a autora procura investigar a manifestação do *jeitinho* na sociedade brasileira de uma maneira profunda e rigorosa.

Abordando o tema desde as suas primeiras manifestações — inclusive com uma espécie de releitura crítica dos poucos estudos que existem a este respeito —, a autora busca estabelecer o que denomina “mapa social” do *jeitinho*, em que arrisca desde uma definição primária do termo (sempre baseada numa ampla pesquisa de campo que tem como fundamento uma série de entrevistas), até a exposição de seus domínios, idiomas e técnicas. Neste contexto, destaca-se a tendência sempre verificada de permear as relações sociais com uma certa dose de personalismo, de intimidade, fazendo com que todos os envolvidos na relação se tornem co-participantes de uma mesma situação — esta seria, em última instância, a técnica fundamental do *jeitinho*.

Mas a pesquisa não se esgota na abordagem empírica do assunto. Teoricamente, a autora consegue constatar duas vertentes interpretativas do *jeitinho* e de sua aplicação na realidade social brasileira: de um lado, o discurso positivo, que vê na expressão em causa uma característica própria do espírito cordial e conciliador do brasileiro — neste sentido, o *jeitinho* seria um recurso aceitável de inserção nas relações sociais de natureza vária; de outro lado, o discurso negativo, que o vê como um índice claro dos inúmeros males que assolam a nossa sociedade (da ineficiência administrativa à corrupção) — nesse sentido, o *jeitinho* não seria senão um artifício colusivo, característico de sociedades que, como a nossa, estariam marcadas por valores perniciosos de natureza moral (engodo) ou estrutural (subdesenvolvimento).

Outra idéia que percorre toda a obra é a relação estabelecida pela autora entre a hierarquia e o individualismo, que nasce da comparação entre dois “dramas sociais” comuns à nossa realidade social: o *jeitinho* e o “você sabe com quem está falando?”, este último,

habilmente estudado por Roberto da Matta (autor, aliás, que é tomado como uma referência obrigatória à pesquisa em questão). Sobre este aspecto, a autora nos fez revelações extraordinárias, como a de que ambas as expressões têm como efeito principal a insubmissão dos indivíduos às leis universalizantes e impessoais que regem as sociedades. Sobretudo no que concerne ao *jeitinho* — que tenta conciliar o individualismo (regido pela “regra universalizante e da igualdade”, p. 85) com a hierarquia (marcada pelo tratamento personalizado) —, é possível perceber o quanto as regras universais que deveriam reger as sociedades se revelam vazadas “pelo impacto estrutural das relações pessoais” (p. 94).

Semelhante abordagem leva a autora, necessariamente, a conduzir o assunto para uma questão de natureza ética, em que a comparação entre o que a mesma chama de “igualdade moral” e “igualdade legal” é inevitável e desemboca numa constatação no mínimo instigante: “O direito de todos à igualdade é, permanentemente, relativizado pela igualdade de fato entre todos. O mecanismo do *jeitinho*, sintetiza justamente essa vinculação” (p. 117).

Trata-se, sem dúvida alguma, de uma obra indispensável a todos aqueles que se quiserem inteirar de alguns dos complexos valores que permeiam as nossas relações sociais.

Maurício Silva